



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER

Processo nº 9180/2014

Trata-se de solicitação de parecer jurídico referente ao aspecto jurídico da Minuta de Edital e de Contrato, para realização de processo licitatório, (Convite nº 028/2014/SMED) envolvendo a contratação de empresa para prestação do serviço de pintura do prédio onde está localizada a EMEF Santana.

Inicialmente, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base os elementos que constam, até a presente data, no protocolo digital em epígrafe. Cumpre salientar, por oportuno, que não incumbe à Procuradoria Geral do Município adentrar a conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Secretaria, nem analisar aspectos de natureza eminentemente administrativa, salvo onde tais atos conflitem com o princípio da legalidade, ao qual se subordina toda a conduta da Administração Pública.

Em um primeiro contato com os autos, percebe-se que o objeto do certame é a contratação do serviço de pintura geral para a escola municipal Santana. Nesse sentido, inclusive, a cláusula primeira do contrato expressamente consigna que o objeto contratual é a “prestação do serviço de pintura”.

Entretanto, tendo em vista a realidade fática do objeto a ser licitado, verifica-se de plano que o valor de referência estipulado no item 5.3 do edital extrapola o limite legal para manejo da modalidade convite. Com efeito, por se tratar de contratação de serviço, é aplicável ao caso concreto a regra constante no artigo 23, inciso II, alínea “a”, in verbis:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROCURADORIA JURÍDICA

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais): (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Merece ser salientado, por oportuno, que o memorial descritivo constante dos autos não aponta nenhuma complexidade técnica que justifique o enquadramento como serviço de engenharia, por não descrever, s.m.j., serviços que exijam aferição técnica mais acurada.

Destarte, no caso concreto, tendo em vista o valor de referência estimado de R\$ 93.462,26 (noventa e três mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos), estipulado no item 5.3 do edital, verifica-se óbice legal intransponível para o prosseguimento do certame nos termos em que enviado para parecer jurídico.

Ademais, ainda merece ser salientado que as Cláusulas Editalícias 4.4.2 a 4.4.4, referentes à qualificação técnica, merecem reparo por importarem restrições à concorrência no certame, sem respaldo legal.

Constata-se que o item 4.4.2 traz como exigência o registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio grande do sul (CREA/RS) ou visto de tal entidade, caso a empresa não esteja sediada neste estado. Tal medida somente seria cabível no momento da assinatura do contrato, conforme entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1908/2008):

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES. INEXISTÊNCIA DE CLÁUSULAS RESTRITIVAS DA COMPETITIVIDADE. 1 - Quando os serviços de manutenção de prédios, equipamentos e instalações a serem prestados envolverem o uso de técnicas de engenharia civil e elétrica, o registro profissional a ser exigido dos licitantes deve ser no CREA. 2 - A exigência, para licitante

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROCURADORIA JURÍDICA

de outro Estado, de visto do registro profissional pelo CREA local aplica-se apenas ao vencedor da licitação. 3 - É regular a exigência, como requisito de habilitação em licitação, de quitação de obrigações junto ao CREA. 4 - A exigência de profissionais nos quadros da licitante autorizada no inciso I do § 1º do art. 30 da Lei 8666/1993 não pressupõe exclusivamente a existência de vínculo empregatício. 5 - Os parâmetros definidos para comprovação de aptidão para desempenho da atividade devem ser razoáveis e compatíveis com características, quantidades e prazos previstos para o objeto licitado. 6 - A exigência de responsabilidade técnica anterior por serviços similares aos licitados deve observar, simultaneamente, os requisitos de relevância técnica e valor significativo em relação ao todo do objeto, definidos no inciso I do § 1º do art. 30 da Lei 8666/1993. 7 - Não deve ser invalidada a licitação quando requisito indevido de habilitação não comprometeu, de forma comprovada, a execução e os resultados do certame e quando a repetição do procedimento puder acarretar custos superiores aos possíveis benefícios.

Em consonância ao já exposto, no item 4.4.3 do Edital, a exigência de “contrato de prestação de serviços por prazo indeterminado com profissional autônomo da área de atuação da empresa, devidamente atestado pelo CREA/RS ou CAU/RS- Conselho de Arquitetura e Urbanismo” é cláusula que restringe indevidamente a participação no processo licitatório, sem amparo legal.

O mesmo se repete na cláusula 4.4.4 a partir da oração “ou de seus Responsáveis Técnicos, devidamente atestados pelo CREA/RS ou CAU/RS- Conselho de Arquitetura e Urbanismo”.

Por fim, chama-se atenção para o fato de que o campo 002 do Protocolo Digital nº 9180/2014 aponta que posteriormente será necessário realizar outros serviços da escola supra mencionada, situação que poderá configurar o fracionamento indevido do objeto, prática vedada pelo artigo 23, parágrafo 5º da Lei nº 8.666/93.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROCURADORIA JURÍDICA

Concluindo, tendo em vista que o valor estimado da contratação torna inviável a utilização da modalidade convite, posto que a pintura geral, tal como descrita no processo, caracteriza serviço comum, devolvemos o procedimento para as providências cabíveis.

Contudo, caso o Gabinete de Compras, Licitações e Contratos se discorde do parecer jurídico ora lavrado, **recomenda-se seja retornado o feito ao responsável técnico para que se manifeste acerca da possibilidade de enquadramento do objeto licitado como serviço de engenharia.**

É o parecer, s.m.j..

Rio Grande, 17 de junho de 2014.

Fernando Amaro da Silveira Grassi
Fernando Amaro da Silveira Grassi
Procurador Geral do Município
OAB/RS 31.668

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!